

Nota informativa



Açores

NOTA INFORMATIVA SINTAP PEDE REPOSIÇÃO DA CARREIRA DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA DAS IPSS/MISERICÓRDIAS À SEGURANÇA SOCIAL DOS AÇORES

Na sequência da publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2011, que congelou/proibiu a progressão dos funcionários públicos até finais de 2017, a Segurança Social dos Açores (SSA) emitiu um ofício às IPSS/Misericórdias a considerar que, por força da sua equiparação remuneratória à função pública, os respetivos Educadores de Infância estavam impedidos de progredir.

Com base neste entendimento da SSA, as IPSS/Misericórdias deixaram de progredir aqueles seus trabalhadores na respetiva carreira, penalizando-os assim em relação aos demais colegas, a quem continuaram, e bem, a garantir tal direito à carreira nos termos da contratação coletiva vigente para o setor.

Porque os Educadores de Infância em apreço nunca foram nem são funcionários públicos, e porque a jurisprudência se pronunciou recentemente nesse sentido, condenando a entidade patronal à reposição do direito à carreira e ao pagamento dos retroativos devidos em relação a uma colega sua, o SINTAP faz saber que solicitou à Segurança Social que corrigisse e assumisse a responsabilidade pela situação ilegal e injusta criada junto das IPSS/Misericórdias, mandando-as regularizar esta situação.

Mais se informa, ainda, que o SINTAP solicitou recentemente a intervenção corretiva da Inspeção de Trabalho nesta matéria, tendo entretanto elaborado uma minuta de requerimento para estes Educadores de Infância poderem enviar às respetivas entidades patronais a solicitar a regularização da sua carreira e a reposição dos retroativos devidos.

A persistir esta situação de autismo, o SINTAP faz saber junto dos Educadores de Infância seus associados que têm a partir desta data à sua disposição os advogados do SINTAP para eventuais recursos para tribunal, isto sem prejuízo de o SINTAP fazer recurso a outras instâncias políticas e jurisdicionais, como seja o Provedor de Justiça, que se nos afigurarem oportunamente pertinentes.

Açores, 31 de janeiro de 2018

SINTAP/AÇORES

